



ASSOCIAÇÃO NACIONAL
**MUNICÍPIOS
PORTUGUESES**

SECÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA A AÇÃO CLIMÁTICA

REUNIÃO PLENÁRIA | COIMBRA | SEDE DA ANMP | 15.03.2023 | 11H00

ATA DA REUNIÃO

Reuniu na sede da Associação Nacional de Municípios Portugueses em Coimbra, pelas 11H00 do dia 15 de março de 2023, a Secção de Municípios para a Ação Climática.

Com as presenças constantes em anexo 1 a reunião teve como pontos da ordem de trabalhos a proposta de plano de ação da Secção para o atual mandato autárquico e outros assuntos de interesse. A reunião foi coordenada pela Presidente da Mesa, Sofia Ferreira, Vereadora da Câmara Municipal de Guimarães, que contou com o apoio dos restantes elementos da Mesa presentes na reunião.

PONTO 1: PLANO DE AÇÃO DA SECÇÃO PARA O ATUAL MANDATO AUTÁRQUICO

Com base nos contributos dos membros da Secção, a Mesa elaborou a proposta de trabalho que colocou à discussão dos presentes (anexo 2). A Presidente da Mesa fez um breve enquadramento do documento, apresentou objetivos e o calendário e explicou a metodologia de trabalho proposta, salientando a importância da participação de todos quantos integram a Secção, para que esta se afirme como um espaço de partilha de conhecimento, de sinergias e de posicionamento dos municípios portugueses em matéria de ação climática.

Os presentes concordaram com a metodologia proposta, assente na criação de grupos de trabalho responsáveis pela redação de documentos políticos sobre cada um dos temas a desenvolver e a aprovar pelos órgãos competentes da ANMP. O trabalho produzido será apresentado ao plenário em sessões específicas dedicadas a cada um dos diferentes temas e todos os membros da Secção serão chamados a participar através do envio das sugestões que tenham por convenientes.

Assim com a colaboração de todos os presentes, foram criados os seguintes grupos de trabalho:



TP1 – Capacitação dos municípios para a Lei de Bases do Clima: com o objetivo de preparar um conjunto de ações de capacitação (seminários e conferências nas reuniões plenárias) foi constituído o grupo de trabalho (GT1) formado pelos municípios de Baião, Guimarães, Mafra e Maia.

TP2 – Formação e Capacitação dos autarcas, dirigentes e técnicos municipais nas áreas definidas: com o objetivo de desenvolver um programa de formação nas áreas da adaptação e mitigação, energia, mobilidade, economia circular, alimentação, floresta e água, tendo em vista o aumento da literacia climática, foi constituído o grupo de trabalho (GT2) formado pelos municípios de Almada, Angra do Heroísmo e Torres Vedras.

TP3 – Divulgação e discussão sobre o quadro de financiamento e outros sistemas de incentivo: com o objetivo de apoiar e capacitar os municípios no acesso a fundos de financiamento, foi constituído o grupo de trabalho (GT3) formado pelos municípios de Coimbra, Loulé e Seixal.

TP4 – Educação, sensibilização e comunicação para a ação climática: com o objetivo de desenvolver um programa de educação, sensibilização e comunicação dirigido à comunidade e a entidades parceiras dos municípios, incluindo a criação de manuais de apoio à comunicação, com um enfoque particular nos objetivos dos planos de ação climática, foi constituído um grupo de trabalho (GT4) formado pelos municípios de Braga, Ílhavo, Lagoa (Algarve), Loures, Matosinhos e Vila Nova de Famalicão.

Aberto o debate ao plenário, registaram-se as intervenções dos representantes dos municípios de Braga, Cadaval, Guimarães, Ílhavo, Loulé, Mafra, Maia, Pedrógão Grande, Ponte de Sor, Seixal, Torres Vedras e Trofa.

Das intervenções resultou a necessidade de serem abordados outros temas no âmbito das atividades a desenvolver pela Secção, nomeadamente os que se prendem com espaços verdes, arborização dos centros urbanos, renaturalização, agricultura e riscos climáticos. Perante as propostas apresentadas, os grupos de trabalho irão equacionar a melhor forma de incluir os referidos temas nas abordagens e/ou conferências que venham a ser realizadas.



PONTO 2: OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE

O representante da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão prestou alguma informação sobre a iniciativa europeia “*Missão Adaptação às Alterações Climáticas*”, iniciativa que visa apoiar as regiões e as autoridades locais nos seus desafios relativos à resiliência contra os efeitos das alterações climáticas, ajudando-os a compreender melhor os riscos climáticos, a desenvolver estratégias e a testar e implementar no terreno soluções inovadoras de resiliência urbana. Uma iniciativa que conta já com mais de 200 territórios da UE. Salientou, a este propósito, a importância da existência e do acesso a dados abertos que permitam, em tempo real, ajudar a construir estratégias de prevenção.

O representante da Câmara Municipal de Loulé deu nota da existência naquele município do *Observatório Municipal de Ambiente e Território*, iniciativa da Câmara Municipal de Loulé que carrega e disponibiliza um conjunto de dados para apoio à decisão nos vários domínios da atividade municipal.

A representante da Câmara Municipal de Pedrogão Grande deu nota da realização naquele município, no dia 24 de março, da *Conferência Floresta ao Centro*, convidando todos a estarem presentes.

Não havendo qualquer outro assunto a debater, deu-se por terminada a reunião.



ASSOCIAÇÃO NACIONAL
MUNICÍPIOS
PORTUGUESES

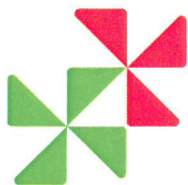
SECÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA A AÇÃO CLIMÁTICA

REUNIÃO PLENÁRIA

Coimbra, Sede da ANMP 15.03.2023 | 11H00

LISTA DE PRESENÇAS

MUNICÍPIO	NOME (legível)	CARGO
1. Aljezur		
2. Almada	ONLINE (2)	
3. Almeirim		
4. Amadora		
5. Angra do Heroísmo	Paulo Lima	vereadora
6. Arronches	PAULO FURTADO	VEREADOR
7. Arruda dos Vinhos		
8. Baião	DORA PINTO MANUEL PEREIRA	Sustitua Vereadora TÉCNICO SUPERIOR
9. Batalha		
10. Braga	ONLINE (5)	
11. Bragança	reginal Abreu	vereador
12. Cadaval	Rui HENRIQUES	técnico superior - GEÓGRAFO
13. Câmara de Lobos		
14. Cantanhede	Adelina Almeida	VEREADOR
15. Carregal do Sal		
16. Cascais	ONLINE (1)	
17. Castelo de Vide		
18. Celorico de Basto		
19. Coimbra	Wyn	vereador
20. Condeixa-a-Nova	Ana Maria	VEREADORA
21. Entroncamento	José Leão	Vice-Presidente



ASSOCIAÇÃO NACIONAL
**MUNICÍPIOS
PORTUGUESES**

MUNICÍPIO	NOME (legível)	CARGO
22. Estremoz	LUIS PARDAL	VEREADOR
23. Fafe	Marta Gomes Dias	Vereadora
24. Ferreira do Zêzere		
25. Figueira da Foz	Ysmael	chefe de linha de Plenum
26. Fundão		
27. Guimarães	SOFIA FERREIRA	Sofia Vereadora
28. Ílhavo	MARIANA RAMOS	Vereadora
29. Lagoa (Algarve)	Luis Antonio Fernandes	Luis Antonio Vereador
30. Lamego	Fabio Duarte	Fabio Vereador
31. Leiria	LUIS LOPES	Luis Vereador
32. Loulé	VÍTOR ALEIXO	Vitor Vereador
33. Loures	ANA CAROLAS	CHEFE DIVISÃO
34. Mafra	MARTA DUTSCHMANN GOMES	Vereadora
35. Maia	MARTA BENEDETA	Vereadora
36. Matosinhos	Reixa Rato / Ana Carolina	Reixa Dir. Reg. An. 2017
37. Mealhada	FILomena Pinheiro	VTE P. M. 2017
38. Mértola		
39. Mira		
40. Montemor-o-Velho		
41. Mourão		
42. Odemira		
43. Odivelas		
44. Oliveira de Frades		
45. Oliveira do Bairro		
46. Ovar		



ASSOCIAÇÃO NACIONAL
**MUNICÍPIOS
PORTUGUESES**

MUNICÍPIO	NOME (legível)	CARGO
47. Paredes	Luis CARVALHO	Dirigente Inter-municipal
48. Pedrógão Grande	SOFIA CARMO	chefe de distrito
49. Ponte de Lima	Conceição (6 meses de suspensão)	Vereador
50. Ponte de Sor	António Almeida	Director Depart.
51. Porto Moniz		
52. Póvoa de Varzim		
53. Ribeira Brava		
54. Ribeira Grande		
55. Santarém		
56. Seixal	ONLINE (3)	
57. Sever do Vouga		
58. Sines		
59. Sintra		
60. Tavira		
61. Terras de Bouro		
62. Tomar		
63. Torres Vedras	Laura Rodrigues	Presidente
64. Trofa	Rita Teneda	Técnica Superior
65. Vale de Cambra	Jose Alexandre Pinho	Vereador
66. Valongo		
67. Vendas Novas		
68. Viana do Castelo	Fabiola Oliveira	
69. Vidigueira		
70. Vila Franca de Xira		
71. Vila Nova de Famalicão	Francisco Soares	Presidente
72. Vila Nova de Foz Côa		



ASSOCIAÇÃO NACIONAL
**MUNICÍPIOS
PORTUGUESES**

MUNICÍPIO	NOME (legível)	CARGO
73. Vila Nova de Poiares	Andreia Rodrigues	Tec Superior
74. Vila Pouca de Aguiar		
75. Louses	Ana Catarina Sobio	Téc. Superior
76. Louses	Audreil Miguel	tec. sup.
77. Loulé	Carlos Carmo	vereador.
78. Loulé	Lidica Terenc	chefe Divisão Ação Clínica
79. Loulé	CLAUDIO CASIMIRO	Presidente LCG
80. Guimarães	Dalila Sopenha	chefe Divisão
81. Louses	José Pinto	vereador - sentimento
82. Póvoa do Varzim	Paulo Marques	contenheiro chefe de divisão
83. Figueira da Foz	Rafaela Costa	técnica superior.
84. Torres Vedras	Rui Lopes	secretário do presidente
85. Sabugal	Alexandre Gomes	coordenador municipal PC
86. Baião	Fernando Gomes	Coordenador
87. Penafiel	José Maria Costa	chefe de divisão
88. Matosinhos	Ana Santos	Técnica superior
89. Trofa	Lia Dute Almeida	Técnica Superior
90. Coimbra	António Martins	Dir. de Departamento
91.		
92.		
93.		
94.		
95.		

Plano de Ação 2023-2025

Secção de Municípios para a Ação Climática

Índice

1. Enquadramento	3
2. Objetivos Gerais	3
3. Composição	3
4. Plano de Ação	4
5. Notas Finais	7

1. Enquadramento

As cidades assumem hoje, cada vez mais, um papel essencial na transformação que se preconiza para o planeta. Os dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) não deixam dúvidas, ao apontarem que 70% da população mundial viverá nos centros urbanos até 2050. Atualmente, 75% das emissões globais de carbono são produzidas nas cidades e 60 a 80% do consumo de energia acontece, também, precisamente nas cidades.

Deste modo, não subsistem dúvidas de que estas devem ser precursoras no estabelecimento de estratégias que visem a alteração comportamental dos cidadãos, mas igualmente, na mudança das suas próprias políticas de desenvolvimento do território. Em linha com estes desafios, a mais recente Lei de Bases do Clima veio reconhecer a situação de emergência climática, incentivando à ação por parte das diferentes cidades, nomeadamente através do desenvolvimento e implementação de um Plano de Ação Climática que resulte na transformação das cidades.

O Plano de Ação 2023-2025 que aqui se apresenta, pretende contribuir para reforçar a partilha de conhecimento, sinergias e posicionamento dos Municípios portugueses no que concerne à mitigação e adaptação às alterações climáticas.

2. Objetivos Gerais

Não obstante o enquadramento descrito, reconhece-se a importância de dotar as cidades de ferramentas que possibilitem um combate igualitário às alterações climáticas, através do reforço na capacitação dos seus recursos humanos, mas também de auxílio no desenvolvimento dos seus planos e fomento do conhecimento dos quadros de financiamento, e outros sistemas de incentivo.

3. Composição

Na primeira reunião plenária da Secção de Municípios para a Ação Climática, realizada a 11 de julho de 2022, teve lugar a eleição da Mesa da Secção, sendo a sua constituição a que se apresenta de seguida:

- **Presidente** - Município de Guimarães (representada por Sofia Ferreira, Vereadora)
- **Vice-Presidente** - Município da Maia (representada por Marta Peneda, Vereadora)
- **Vice-Presidente** - Município de Angra do Heroísmo (representada por Paulo Lima, Vereador)
- **Vogal** - Município de Lagoa (representado por Luis Encarnação, Presidente da Câmara Municipal)
- **Vogal** - Município de Coimbra (representado por Carlos Lopes, Vereador)

A lista de membros da secção poderá ser consultada no portal da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

4. Plano de Ação

O presente Plano de Ação da Secção de Municípios para a Ação Climática procura estar em linha com os principais desafios colocados aos municípios no âmbito da nova Lei de Bases do Clima. Assim, apresentam-se, de seguida, os objetivos estratégicos, planeamento e cronograma do respetivo Plano.

4.1 Objetivos Estratégicos

Em linha com a auscultação aos Municípios presentes na secção de Ação de Clima, foram definidos os objetivos estratégicos que deverão nortear este Plano de Ação. Neste contexto, e pese embora o carácter dinâmico que esta proposta deverá manter, como forma de contribuir para os desafios emergentes, apresentam-se os Objetivos Estratégicos (OE) para o triénio 2023-2025:

- **OE1** Promover a capacitação dos Municípios para a Lei de Bases do Clima (Lei nº98/2021);
- **OE2** Dinamizar conferências e seminários que estimulem a formação e a partilha de conhecimento entre os Municípios e que sejam indutores da transição ecológica, nas áreas da adaptação e mitigação às alterações climáticas, energia, mobilidade, economia circular, alimentação, floresta e água;
- **OE3** Promover o desenvolvimento de iniciativas que visem a discussão sobre os meios de financiamento e outros sistemas de incentivo, nacionais e internacionais;
- **OE4** Dinamizar de ações que intentem a partilha de conhecimento entre os setores público e privado, e a Academia;
- **OE5** Dinamizar plataformas de discussão que contribuam para o desenvolvimento de estratégias de cocriação e participação ativa dos cidadãos;
- **OE6** Dinamização de momentos de partilha e discussão sobre os Planos de Ação Climática Municipais;
- **OE7** Promover sessões de trabalho com a presença de responsáveis governativos, sobre os desafios atuais dos Municípios;
- **OE8** Promover a capacitação em programas de descarbonização da administração pública;
- **OE9** Promover a formação em Economia Circular e Compras Verdes Públicas;
- **OE 10** Promover a aposta em projetos de investigação, desenvolvimento e inovação (I&D+i) na área da ação climática;
- **OE11** Promover e apoiar a implementação de campanhas de educação e sensibilização, que contribuam para a implementação das políticas de ação climática;

Para a melhor prossecução dos objetivos estratégicos definidos, revela-se como importante a criação de grupos de trabalho, a partir dos municípios membros. Deste modo, esta secção estará também a contribuir ativamente para a promoção de sinergias entre os diferentes municípios, e a criação de equipas multidisciplinares. Assim, deverão ser definidas equipas compostas por dois a três técnicos de Municípios membros, e, pelo menos, um técnico de um Municípios representante da Mesa da Secção, como forma de garantir o melhor acompanhamento do processo.

4.2 Temas e Prioritários e Planeamento

Os temas prioritários (TP) definidos para o presente Plano de Ação, estão alinhados com os objetivos definidos pela Lei de Bases do Clima, mas também como as prioridades definidas pelos Municípios membros.

TP1 - Capacitação dos Municípios para a Lei de Bases do Clima;

TP2 - Formação e capacitação dos autarcas, dirigentes e técnicos municipais nas áreas definidas;

TP3 - Divulgação e discussão sobre o quadro de financiamento e outros sistemas de incentivo;

TP4 - Educação, sensibilização e comunicação para a Ação Climática.

TP1	Capacitação dos Municípios para a Lei de Bases do Clima
Medida	Criação de seminários e conferências de capacitação nas reuniões plenárias
Descrição	A nova Lei de Bases do Clima coloca sobre os Municípios um conjunto de objetivos, princípios e obrigações para os diferentes níveis de governança climática que urge implementar, nomeadamente o Plano de Ação Climática que deverá estar concluído até fevereiro de 2024.
Objetivos Específicos	Capacitar Municípios para a Lei de Bases do Clima
Ações	Desenvolver quatro conferências nas reuniões plenárias. <ul style="list-style-type: none">• 1ª Conferência - Ação de Capacitação sobre Lei de Bases do Clima• 2ª Conferência - Energia e os desafios atuais• 3ª Conferência - Resíduos e Economia Circular• 4ª Conferência - Circularidade da Água e Recursos Hídricos.
Entidades a envolver	Governo, Academia, Municípios e Entidades Gestoras.
Calendarização	abril (1ª conferência), junho (2ª conferência), outubro (3ª conferência) e janeiro (4ª conferência)

TP2	Formação e capacitação dos autarcas, dirigentes e técnicos municipais nas áreas definidas
Medida	Desenvolver um programa de formação nas áreas da da adaptação e mitigação às alterações climáticas, energia, mobilidade, economia circular, alimentação, floresta e água.
Descrição	Para o melhor cumprimento dos objetivos previstos na Lei de Bases do Clima, é necessário o reforço da formação e capacitação dos autarcas, dirigentes e técnicos municipais. A criação de um plano de formação nas áreas indicadas pretende ser um contributo essencial para o aumento da literacia climática.
Objetivos Específicos	Capacitar autarcas, dirigentes e técnicos municipais
Ações	- Criação de um grupo de trabalho para elaboração de proposta formativa nas diferentes áreas; - Apresentação da proposta e respetiva calendarização na reunião plenária de junho 2023; - Nomeação de dois relatores para a preparação do tema.
Entidades a envolver	Universidades, Centros de Investigação Educação Ambiental, Redes Nacionais e Internacionais; Municípios.
Calendarização	Junho 2023 (apresentação de proposta em reunião plenária); julho-outubro (ações de formação e capacitação)

TP3		Divulgação e discussão sobre o quadro de financiamento e outros sistemas de incentivo
Medida	Apoiar os Municípios no acesso a fundos de financiamento	
Descrição	O cumprimento dos objetivos inscritos na Lei de Bases do Clima e nos Planos de Ação Climática obriga a um conjunto de investimentos que deverão ser acompanhados dos respetivos apoios financeiros, nacionais e internacionais, dos diversos sistemas de incentivo. Deste modo, é essencial promover um maior conhecimento do quadro de financiamento disponível para os Municípios.	
Objetivos Específicos	- Apoiar e capacitar os Municípios para os novos quadros de financiamento.	
Ações	<ul style="list-style-type: none"> - Elencar as várias fontes de financiamento; - Ações de divulgação sobre os quadros de financiamento; - Nomeação de dois relatores para a preparação do tema. 	
Entidades a envolver	Governo, APA, CCDR, Entidades gestoras locais, regionais e nacionais, Municípios.	
Calendarização	Outubro 2023	

TP4		Educação, sensibilização e comunicação para a Ação Climática
Medida	Desenvolver um programa de educação, sensibilização e comunicação	
Descrição	O reforço da educação, sensibilização e comunicação junto da comunidade e entidades parceiras revela-se essencial para que sejam atingidos os objetivos dos Planos de Ação Climática. Assim, e como forma de apoiar os Municípios no cumprimento destes objetivos, pretende-se fomentar a criação das linhas gerais de um programa de educação, sensibilização e comunicação, agregador e multidisciplinar.	
Objetivos Específicos	- Desenvolvimento de estratégias participativas de educação e sensibilização para a ação climática	
Ações	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de um manual que sustente a comunicação dos Municípios nesta área; - Criação de estratégias de envolvimento dos cidadãos; - Nomeação de dois relatores para a preparação do tema. 	
Entidades a envolver	Centros de Investigação e Educação Ambiental, Universidades, Municípios, Entidades Gestoras.	
Calendarização	janeiro-junho 2024	

4.3 Cronograma

De acordo com o planeamento proposta, apresenta-se a respetiva calendarização.

Descrição	2023				2024				2025			
	JAN	ABR	JUN	OUT	JAN	ABR	JUN	OUT	JAN	ABR	JUN	OUT
TP1 - Capacitação dos Municípios para a Lei de Bases do Clima;												
TP2 - Formação e capacitação dos autarcas, dirigentes e técnicos municipais nas áreas definidas;												
TP3 - Divulgação e discussão sobre o quadro de financiamento e outros sistemas de incentivo;												
TP4 - Educação, sensibilização e comunicação para a Ação Climática.												

5. Notas Finais

O Plano de Ação 2023-2025 apresentado no âmbito da Secção de Municípios para a Ação Climática consubstancia um conjunto de prioridades definidas pelos Municípios membros, na resposta aos principais desafios das cidades. Contudo, este Plano de Ação apresenta-se como um documento de trabalho dinâmico, que deverá ser ajustado sempre e quando os seus membros entenderem necessário.